

MEMÓRIA HISTÓRICA, IDENTIDADE NACIONAL E DISCURSO LITERÁRIO NA GALIZA¹.

CARLOS F. VELASCO SOUTO
Universidade da Corunha

1. Introdução

Durante os últimos anos vem-se desenvolvendo na Galiza um grande esforço colectivo a prol da recuperação do que denominamos de Memória Histórica Democrática. Trata-se de um labor imprescindível para a afirmação da nossa identidade como país, duramente golpeada pela ditadura de Franco. Porém, a sua acometida tem sido adiada até aos nossos dias por causa do tácito *pacto de silêncio* e subsequente autocensura resultantes do muito conservador processo de Transição Democrática aberto a raiz do passamento do ditador em 1975.

Foi preciso chegarmos aos tempos presentes para as cousas começarem a mudar. A proclamação, pela *Xunta de Galicia*, de 2006 como *Ano da Memória* levantou expectativas razoáveis para vermos definitivamente materializado o processo de reconstrução apenas esboçado, e logo abortado, no fim da década de setenta. E foi apartir daí, com efeito, que os trabalhos de pesquisa histórica, comemoração de efemérides e dignificação da memória dos vencidos e represaliados receberam um novo e —esperemos— definitivo impulso.

Pois bem, nesse esforço de recuperação (e *normalização*, poderia-se acrescentar) da nossa memória colectiva de que estamos a falar merece particular destaque a actividade de criação literária dos nossos escritores, certamente nom por ela ser mais importante do que outras, mas polos seus contributos de vulto à causa comum em que arestora andamos envolvidos historiadores, associações culturais, escritores e artistas plásticos, representantes das artes cénicas e, em geral, um vasto tecido associativo aglutinador dos segmentos da sociedade civil mais sensibilizados a respeito da questom. De facto considero nom ser arriscado afirmar que o emergente sistema literário galego está hoje em condições de desempenhar um papel mesmo fulcral, tanto no concernente à difusom do conhecimento de tam trágico período da nossa história qual foi o o da Guerra Civil e Ditadura Franquista

¹ Esta comunicação fai parte do projecto de investigação *Narrativa, Discurso da Historia e Construcción da Identidade na Galiza*, actualmente desenvolvido na Universidade da Corunha com financiamento da Xunta de Galicia.

(através da sua conversão em trama literária), quanto na própria afixação ou reforçamento de traços identitários vinculados, neste caso, à evocação de vivências compartilhadas pelos colectivos de vítimas do fascismo.

Na verdade, esta função de contributo à conformação de um imaginário nacional (e social) galego conscientemente assumido por alguns assinalados representantes do nosso sistema literário não é de tudo novidade. Antes ao contrário, conta atrás de si com uma longa tradição que remete, ao menos, para a segunda metade do século XIX e que alcançou o seu ponto culminante durante o primeiro terço do XX (especialmente na etapa republicana, 1931-1936) para logo ter continuidade, em condições já bem menos favoráveis, sob o franquismo. Seria a restauração democrático-liberal monárquica, após 1975/77, que gerasse um quadro político e intelectual propício para os nossos escritores retomarem e aprofundarem nessa tradição, por vezes posta ao serviço da (ou relacionada com a) reivindicação dos direitos da Galiza como nação, embora aberta a uma maior amplitude temática e também aos ventos de renovação da narrativa procedentes de outras latitudes da Europa e do mundo. E eis que recente revisão do passado pré-democrático tem fornecido novas razões e novos materiais para a literatura galega brilhar com luz própria nessa angueira colectiva de reconstrução da memória identitária de nosso.

Deixando agora de lado alguns precedentes decimonónicos, relevantes quer por fazerem da escolha do galego como língua literária um traço definatório da nossa cultura diferenciada (Marcial Valladares, López Ferreiro, Rosalia de Castro), quer por abordarem como matéria literária episódios mais ou menos significados da nossa história (López Ferreiro, Vicetto), ou mesmo por terem elaborado quadros de costumismo rural reconhecíveis como conotativos do nosso *volksgeist* ou ser colectivo (Lamas Carvajal, Aureliano Garcia Pereira, Labarta Posse, Benito Losada, Leiras Pulpeiro e um longo etcétera); deixando todos estes autores e mais à margem², digo, é sem dúvida Ramón Otero Pedrayo (1888-1976) a figura de referência basilar para qualquer abordagem do labor de ficcionalização da história nacional galega através do género do *romance histórico*. Nenguma outra obra narrativa de autor galego apresenta, em medida comparável, um carácter tão nitidamente *fundacional*, entendendo por tal “*aquel tipo de escrita orientada a definir, proclamar ou divulgar as formas da identidade nacional*” ou, o que vem sendo o mesmo, “*aquelas [novelas e mais narrações] a través das que se apresenta un proxecto de construción de nación, aquelas que proxectan un ideal histórico ou social destinado a establecer a lexitimidade dunha nación emerxente*”

² Merecem também ser mencionados, entre outros, os cultivadores do género dramático em língua galega, tanto os situados de a cavalo entre os séculos XIX e XX (como Galo Salinas), quanto os enquadráveis no período das Irmandades da Fala e a Geração Nós: Lugrís Freire, Vilar Ponte, Cabanillas, Cotarelo Valledor, Carré Aldao, Quintanilla...

(Fernández Pérez San Julián, 2002: 17 e 35)³. E, nom por acaso, foi o compromisso de quem anos mais tarde seria considerado *patriarca das letras galegas* com o processo de construçom da sua naçom que tornou os seus romances num perfeito exemplo de translaçom ao campo literário do discurso nacionalista do primeiro terço do século XX.

Com posterioridade à II República, outros autores tenhem recolhido parcialmente na sua narrativa elementos identitários e/ou relacionados com a história do país mas desprovidos, por regra, da visom e intençom totalizadoras da obra do mestre, cujo peculiar e inimitável estilo literário, aliás, careceu praticamente de continuadores na geraçom a seguir. Tratava-se, nuns casos, de breves traços, alusons ou pinceladas espalhados aquí e acolá no meio da trama do relato e, noutros, os mais afortunados, de construçons narrativas mais sólidas —embora escassas e descontínuas— com mentes de manter viva a chama do recordo, da memória esvaída, ou brutalmente esborrada, de um passado relativamente próximo que cumpria reivindicar. Decerto o contexto ditatorial nom permitia ir muito máis alá, salvo na produçom literária elaborada ao abrigo da emigraçom ou o exílio.

Umha excepçom cabe assinalar, porém, a esta regra vigente na Galiza *interior*: a do escritor Xosé Luís Méndez Ferrín, nascido em 1938. A obra deste autor, militante activo no nacionalismo galego e mais na resistênci clandestina ao regime de Franco, aparece concebida em grande medida —nom unicamente, claro é— como umha alegoria da naçom galega submetida e emergente, num exercício de permanente intertextualidade em que lugares e personagens carregados de simbolismo som transferidos de uma novela para outra, resgatados e reutilizados em diversos momentos como que fazendo parte de um vasto conjunto narrativo desenhado com pretensom de totalidade, isto é, como se tratando de umha única obra.

Para além disso o escritor tivo mesmo a ousadia, em plena época da Ditadura, de compendiar numha obra singular e específica tanto os principais traços identitários da naçom galega quanto o essencial das propostas políticas, mitos e ideologemas próprios do nacionalismo galego do pós-guerra. *Regreso a Tagoen Ata* (tal é o título do relato, escrito numha das estadias do narrador na cadeia, em 1972) nom é com certeza umha das novelas de mais valia de Méndez Ferrín mas, como acontece a miúdo nos processos de ficcionalizaçom literária em países emergentes, apresenta o valor de ter contribuído de maneira decisiva, num contexto sócio-político bem difícil, a suprir a carênci de umha

³ Sobre o conceito de romance fundacional vid., assimesmo, Salinas Portugal (2003: 241-256). Para o papel do romance histórico no quadro da novela fundacional, Fernández Prieto (1998: 177-196) e Ainsa (1997: 111-121).

historiografia que abordasse os factos nela narrados, ao tempo que aprofundava na procura de afirmação de um referente colectivo para Galiza em tanto que comunidade historicamente determinada (Leira Lugo, 2007: 22). De resto, dir-se-ia que o magistério precursor de Otero Pedrayo (autor muito estimado por Méndez Ferrín) lateje um pouco por toda a parte nesta interessante peça narrativa, cujo pano de fundo se situa na ruptura geracional experimentada polo nacionalismo galego durante a década de sessenta, em que o próprio autor se viu activamente envolvido. Aspecto, este último, acerca do qual a novela tem deixado um testemunho indelével —por mais que ficcionalizado e em chave simbólica— para as gerações futuras.

2. Literatura galega, literatura emergente

A existência de autores, obras e atitudes no plano da escrita como as até aqui resenhadas põem sobre o tapete umha questão em que é preciso deter-se sequer um pouco, levando em conta que constitui um ponto de partida inexcusável para o desenvolvimento desta comunicação e do mesmo projecto de investigação em que ela se inscreve. Refiro-me concretamente à consideração da literatura galega como emergente.

Entendemos que a Galiza, em tanto que nação em construção com aspirações mais ou menos explícitas à constituição de um Estado próprio e dotada de umha cultura de seu, actualmente em situação de *minorização* ou subalternidade a respeito da cultura dominante no Estado de que faz parte, participa de muitos dos traços característicos do que em termos genéricos se chama de contextos nacionais emergentes, aplicados comumente a países da órbita pós-colonial. Ítem mais consideramos existirem fondas similitudes tanto no que diz respeito ao desenrolar dos processos literários produzidos em tais contextos quanto aos discursos ideológicos e quadros interpretativos empregados pelas elites/vanguardas nacionalistas para induzir nos seus concidadãos um sentimento de pertença à comunidade nacional e identificação com ela. Razões pelas quais cabe aplicar ao nosso sistema literário —de dimensões ainda bem modestas comparativamente a outros, muito mais consolidados e com a força de todo um Estado nacional a sustentá-los— o mesmo aparelho conceitual e ferramentas analíticas com que habitualmente é abordado o estudo de literaturas como as latinoamericanas dos finais do século XIX, as africanas contemporâneas e ainda outras.

Não é este o momento nem o lugar para pormo-nos a descrever em toda a sua complexidade os processos de configuração de uns sistemas literários postos ao serviço da construção da nação. Mas é de conhecimento geral a importância neles revestida por

factores como a escolha de umha língua (Thiesse, 2001: 68 em diante; Salinas Portugal, 1999: 29-34), a dirigência das elites letradas e a própria conformação de um cânone em que sustentar umha história da literatura nacional (González Stephan, 2002: 211 em diante)⁴. De qualquer jeito é perceptível em todos esses procesos a existência de umha interacção constante entre História e narrativa ficcional, ao ponto de terem caminhado juntas sem que seja fácil estabelecer umha linha de demarcação nítida entre ambas. Ora, enquanto o discurso histórico deve ficar assente no *pacto de veracidade* [ou *veridicción*] (em virtude do qual o receptor espera o contado no texto ser verdade), o discurso narrativo, pola sua vez, acharia-se articulado apartir do *pacto de ficcionalidade* (onde o receptor procura que o possível e o verosímil se realizem dentro do *córpus* textual) (Fernández Prieto, 1998: 38-41; Ainsa (1997: 116).

No entanto, e à margem do dito, nom pode ser ocultado o facto de a institucionalização do sistema literário galego topar na actualidade com grandes atrancos derivados, entre outras razons —e em ausência de um Estado nacional próprio, embora exista um poder autónomo galego—, da inevitável subalternização da nossa cultura, da fraqueza da consciência nacional e baixa auto-estima da nossa sociedade e da prática impossibilidade de se desenvolver em condições de normalidade umha produção literária que, seja qual for a sua qualidade, nom goza do favor da institucionalidade cultural oficial (espanhola e espanholizante) nem do seu aparelho de promoção e propaganda, muito zeloso de priorizar a todo o custo a cultura *nacional española* por antonomásia, quer dizer, a expressada em língua castelhana.

De maneira que as oportunidades para a abertura de um *espazo público galego* (González Millán, 1995) se vêem claramente reduzidas⁵, se umha acção conjunta, e enérgica, por parte do poder público autónomo e a própria sociedade civil nom o remediar num prazo razoável...

⁴ Infelizmente nom dispomos ainda, para o caso galego, de um estudo das características do de Ferreira da Cunha (2002) para o sistema literário português. Acerca dos critérios para a fundamentação de umha nacionalidade literária, vid. Cristovão (1981: 364-372).

⁵ Outros autores preferem falar de *proto-sistema literário galego* (Torres Feijó, 2002: 31), partindo da noção de *sistema* de Even-Zohar (1990). Para as questões concernentes à relação da literatura com a identidade nacional e os campos sociais é imprescindível a obra de Figueroa (2001).

3. Literatura, Identidade e memória. Os contributos do discurso literário sobre a memória histórica à construção de um imaginário nacional e social galego

Como já se indicou com anterioridade, a ditadura fascista implantada em território galego desde os primeiros compassos da guerra civil espanhola (1936-1939) abriu um período de grandes dificuldades para a nossa cultura nacional. Proscrito no interior do país, varrido até o recorde da sua própria existência entre a população vencida, o frágil sistema literário galego houve de se refugiar no exílio para sobreviver. Ali, na Galiza de além-mar, continuaria incessante a actividade cultural com carimbo de galeguidade em todas as frentes, animada polo mais prestigioso da nossa intelectualidade e intimamente ligada à defesa da causa democrática que a República e o Estatuto de Autonomia de 1936 representavam.

Nessas condições nom faltárom —nom podiam faltar— expoentes da criação literária de nosso a tocar as cordas da memória colectiva marcada pola guerra civil, a solidariedade e o compromisso político, tanto no género poético (*Jacobusland*, de Emílio Pita, 1942; *Lonxe*, de Lorenzo Varela, 1954; *Galicia Infinda*, de Florencio Delgado Gurriarán, 1963), como no dramático (*A Soldadeira*, de Luís Seoane, 1957, ambientada muito oportunamente na primeira Guerra Irmandinha) e, naturalmente, o narrativo, neste último caso através de relatos de índole autobiográfica elaborados por fugidos do regime de Franco (*Non agardei por ninguén*, de Ramón de Valenzuela, 1957; *O silencio redimido*, de Sílvio Santiago, 1976; *O Señor Afranio. Ou como rispei das gadoupas da morte*, de Antón Alonso Ríos, publicada em 1979 na Galiza mas redigida bem antes na Argentina) (Vilavedra, 1999: 213-220; VV.AA., 1996, IV: 962-1024).

Polo contrário, no interior do país foi preciso aguardar a 1947 para assistirmos à reconstrução de um discurso literário em língua galega, e ainda assim em condições de extrema precariedade, sem ajuda material (nom digamos institucional) de qualquer tipo, sujeita à censura governativa e sem garantias de continuidade. Bem é verdade que, durante esta etapa, a simples utilização do galego como veículo de expressom literária de par da exibicom de recursos como a evocacom da paisagem, um certo lirismo intimista em linha com alguns dos nossos clássicos ou temáticas de ambientaçom rural/regional como pano de fundo para a o desenrolo da trama literária já eram de avondo, em si mesmas, para manter minimamente acesa a chama (ou o rescaldo, mais bem) de esplendores passados. Mas, assim e tudo, houve autores que fõrom além disso e de maneira explícita vertêrom nos seus textos elementos da memória viva e identitária do nosso povo. Estou a pensar em

escritores como o Carvalho Calero de *A xente da barreira* (1951, o primeiro romance em galego publicado após a guerra civil) ou, anos volvidos, um Blanco Amor retornado da emigração americana. Se o mérito do primeiro foi com certeza o de “reactivar a maquinaria narrativa da nosa lingua nuns tempos tan difíciles” por meio de umha “saga fidalga ambientada no mundo rural galego e de reminiscencias oterianas”⁶, é de justiça retribuirmos ao segundo o ter-nos legado em *Xente ao lonxe* (1972) umha esplêndida radiografia do universo proletário da sua cidade natal, Ourense, nos princípios do século XX, incluindo traços determinantes do seu processo de conformação como classe e da dinâmica do confronto social⁷. Achamo-nos, portanto, perante duas obras a entroncar directamente com a nossa melhor tradição narrativa de pré-guerra, concebidas desde parâmetros genuinamente galegos e conscientemente recriadoras do nosso passado colectivo como povo. Outra cousa é que, diante da escassa e dificultosa receiçom por parte do público, esforços como estes estivessem destinados a nom ter continuidade, ficando mais bem como emergências intermitentes do discurso literário abruptamente interrompido em 1936 (a obra de Méndez Ferrín, como já temos apontado, merece tratamento à parte).

Com o remate da Ditadura em 1975/77 culmina por fim o longo e custoso processo de reconstrução do nosso sistema literário. Apartir daí a temática da guerra civil, o despertar da República, a repressom e a violência fascista deixa de ser alvo da censura política e, pouco a pouco, vam surgindo obras que de umha ou outra maneira se fazem eco dessa espécie de vazio na memória colectiva dos galegos que cumpria, e mesmo por vezes urgia, preencher e recuperar, ainda que só fosse para propiciar, por simples higiene democrática, um reencontro nom traumático com aquele lutuoso período da nossa história recente. Certo é, por outra parte —e para além da razom exposta—, que a temática em si mesma aparecia como sumamente atraente para o seu tratamento como matéria literária.

Um dos primeiros escritores a explorar este veio narrativo foi Xosé Neira Vilas, autor já durante os anos sessenta de novelas de ambientaçom rural com notável carga crítica. Em *Aqueles anos do Moncho* (1977) aparece retratada em toda a sua poliédrica dimensom a crua realidade da guerra e imediato pós-guerra numha freguesia rural: a vida

⁶ Vilavedra (1999: 239). Contudo a autora reconhece que “con esta obra a continuidade experimenta un certo retroceso no relativo á temática e á madurez técnica tralos avances rexistrados [antes da guerra] da man de Risco ou Diesté” (*Ibidem*), aliás explicável a conta das circunstâncias adversas a afectar o nosso sistema literário após a queda da República. De resto, seria o próprio Carvalho Calero que ultrapassasse cumpridamente esta limitaçom no seu romance posterior *Scórpio* (1987), de que falaremos mais adiante.

⁷ Para além da sua alta qualidade estética, trata-se de um dos expoentes mais sólidos de romance urbano na nossa literatura.

dura, a pobreza material, a fome, as requisições e comércio ilegal de produtos agrários (o *estraperlo*); o terror em forma de gente fugida, mortos e mutilados na frente bélica, cadáveres de vizinhos assassinados em fojos e caminhos⁸; a tristeza e mediocridade ambiental de uns veráns sen festas e uns hábitos escolares de onde a língua autóctona foi banida; as conversas carregadas de medos e silêncios... Nom há apenas simbolismo na narraçom. A técnica é realista, se bem que suavizada pola olhada entre ingénua e bondadosa do narrador (um rapazolo do lugar, de família camponesa, obrigado polas circunstâncias a se fazer homem antes da hora) que fai com que, em conjunto, o tom do relato nom resulte em absoluto triste nem sombrizo. Em traços de puro realismo están descritos os personagens representativos da opressom: a mestra dona Rosa, de génio intemperante e vestida de negro; o cura dom Anselmo, autoritário e brutahám; e, em menor medida, os filhos dos ricos, de vida cómoda e apetites satisfeitos à mancheia. Face a eles erguem-se as contra-figuras do pai do Moncho, homem bom e solidário, e sobretudo Daniel, o jornaleiro, sindicalista, rebelde e conscientizador dos pobres em tempos da República; preso, fugido e guerrilheiro mais tarde. Em rigor, todos eles podem ser considerados personagens-símbolo mas están directamente tirados do natural em qualquer paragem rural daqueles anos, sem precisarem de grande estilizaçom ou reelaboraçom literária.

Ora bem, a novela nom fica na mera descriçom de um tempo desgraçado. Abre também um portelo à esperança, representada por motivos aludidos num ou noutro momento ao longo do relato e que de algum jeito semelham pairar sobre ele como pano de fundo implícito ou discurso alternativo subjazente. É o caso da evocaçom dos tempos da República como época mais alegre e cheia de expectativas de melhora e câmbio social. Também o do agarimoso ambiente familiar da casa do protagonista-narrador, a figura tenra e fornecedora de segurança do pai, a lembrança dos contributos (nom só materiais) da emigraçom americana à vida na parróquia, as possibilidades de aprendizagem intelectual dos humildes (encarnadas nas aulas nocturnas oferecidas polo pai operário a outros trabalhadores da contorna), a cumplicidade solidária da vizinhança para com os fugidos e combatentes anti-fascistas ocultos nos montes e, em última instância, o apoio e identificaçom do Moncho (e mais o pai) com a guerrilha anti-franquista à qual servem como *enlaces*.

Tampouco nesta lista de elementos se afasta o autor das carrileiras do mais estrito realismo (pois que factos e atitudes como as vertidas na narraçom se acham perfeitamente documentados historicamente e fôrom muito frequentes na altura). Mas como nom

⁸ “*A guerra é así, neno. Por estes logares non caen bombas do ceo nin se ven cañós, pero a guerra está. Hai moita carraxe, moito abuso. E a xente anda con medo*” (p. 64). O sublinhado é meu.

entrever no desfecho da narração (o Moncho e o seu pai a colaborar abertamente com a guerrilha) um canto à resistência da sociedade civil galega —e universal— frente à opressão e, ao mesmo tempo, à luta pola construção de um amanhã melhor entroncado directamente na tradição republicana?⁹

Mais ou menos pola mesma altura, um outro escritor nom há muito retornado do exílio americano, nesta ocasião da Argentina¹⁰, e antigo combatente anti-fascista, Ramón de Valenzuela, tirava do prelo duas novelas, a primeira das quais, ao menos, escrita e inclusive publicada durante a sua estadia na Galiza de além-mar. Trata-se de dous relatos autobiográficos, *Non agardei por ningún* (1976) e *Era tempo de apandar* (1980) que bem podem ser considerados como duas entregas sucessivas de umha mesma história novelada. Na primeira delas, o autor narra em primeira pessoa a peripécia vital por ele mesmo protagonizada com o galho do advento do fascismo em terras galegas, a incluir a sua passagem para a clandestinidade, as ligações mantidas com os primeiros grupos de fugidos armados e a sua *infiltração* no Exército de Franco e posterior cruzamento da linha da frente cara à zona republicana. Eis-nos de novo diante de umha trajetória vital compartilhada com centenas de paisanos galegos da época e, já que logo, representativa dos avatares padecidos por toda umha geração. Desta perspectiva, o mérito principal da narração é o de ter sido a primeira a dar forma literária a este drama geracional (poderia-se dizer mesmo *nacional*), conferindo-lhe um certo aquel de epopeia colectiva. E para mais em data tam próxima á morte do ditador como 1976, quando as liberdades democráticas estavam ainda longe de se ver assentadas no nosso país.

A segunda novela situa a acção já algo despois, nomeadamente a dous anos (1941) do fim da guerra resolvida com a derrota político-militar da República. O protagonista-narrador (o próprio Valenzuela) é agora preso político na Espanha franquista logo de entregado a ela polo ocupante nazi da França. Passará alguns anos na prisão antes de ser enviado para um campo de trabalho forçado e ser finalmente posto em liberdade nos meados da década de quarenta. É apartir desta diversidade de situações pessoais que o escritor aproveita para recordar, em sucessivos *flash-backs* as aventuras ou (por utilizar um termo se calhar menos frívolo) acontecimentos por ele vividos desde a sua deserção das filas franquistas narrada no relato anterior. Destarte, vam desfilando polas páginas da novela a sua passagem por um campo de concentração francês, o embarque de refugiados republicanos espanhóis cara a América perante a iminência da invasão alemã da França, as

⁹ Nom se esqueça que o movimento guerrilheiro, entanto que sucessor do Exército Popular Republicano, representava a legalidade (e legitimidade) mesma do regime democrático deposto.

¹⁰ Neira Vilas residia em Cuba desde 1962, onde escreveu em língua galega a imensa maioria da sua obra. Retornou à Galiza em 1992.

discrepâncias e desencontros dentro do próprio campo republicano, a participação afouta de tantos galegos e espanhóis asilados —entre os quais o próprio Valenzuela— na resistência ao invasor face ao derrotismo dos franceses, as suas responsabilidades pessoais nessa luta, a extensão de redes anti-fascistas clandestinas... e tantas outras questões de interesse para o historiador ou, em geral, para qualquer cidadão galego com vontade de se apegar ao nosso passado histórico colectivo.

A informação fornecida ao fio do discurso narrativo é muita e com certa dose de detalhe, a pesar da relativa brevidade do texto. Nem menos precisa é a descrição de aspectos relativos à vida na Espanha franquista: a extrema dureza e inumanidade do regime prisional, o emprego sistemático da tortura pelos carrascos do fásccio, a desagregação da sociedade civil, a sordidez e dupla moral da época do *estraperlo*, as reviravoltas diplomáticas do criminoso regime de Franco, ora virado para os nazis, ora para os aliados segundo convinhese; o mantimento da esperança, contra vento e maré, dos republicanos galegos e espanhóis numa intervenção das potências aliadas em socorro da democracia espanhola; a quebra, enfim, dessa esperança e subsequente amargura a partir de 1946...

Como no caso de Neira Vilas, a técnica empregada é puramente realista, sem maior requinte. Ao ponto de se nem pouparem as menções directas de personagens (com nome e apelidos), lugares, organizações e cargos desempenhados, na procura da exactitude do dado¹¹. Outrossim, como n' *Aqueles anos do Moncho*, a esperança num futuro mais venturoso aparece sugerida no meio da desolação pela reorganização da luta clandestina (a formação das primeiras células comunistas no interior do destacamento penal do Fontao-Vila de Cruzes)¹² e o desenvolvimento da guerrilha, aspecto este último a que o escritor dedica quase um relato autónomo dentro da trama narrativa global da novela.

Considerados em conjunto, *Non agardei por ninguén* e *Era tempo de apandar* constituem um valiosíssimo testemunho em chave ficcional de um período singularmente escuro (ou *escurecido*, mais bem) da nossa história, cujo conhecimento era escassíssimo ou nulo (e, em qualquer caso, deturpado) em vastos sectores da população galega no momento em que as ditas novelas fôrom publicadas. Conscientemente —e nisto influenciou, sem dúvida, a sua

¹¹ Velaqui alguns exemplos. Personagens: Manuel Azaña (presidente da República Espanhola), Indalecio Prieto (ministro e dirigente socialista), o coronel Estrada (do Estado Maior do Exército Popular Republicano). Lugares: Guetarie (no País Vasco-francês; Getaria no topónimo original euskaldum), Saint Cyprien-sur-Mer (sede de um campo de concentração ao Norte do Pirineu; Sant Cebrià, no topónimo original catalão), Euskadi-Norte (País Vasco-francês). Organismos: SERE, JARE (associações de ajuda aos refugiados espanhóis), SIEP (Serviço de Informação Exterior Periférico do Exército da República a que pertenceu o autor-protagonista), IV Agrupação do Exército Guerrilheiro da Galiza. Cargos: Capitão do Estado Maior Republicano (de novo o próprio autor), instrutor militar dos primeiros *maquisards* (idem).

¹² É provável o autor ter conhecido de primeira mão este acontecimento, constatado historicamente, durante a sua estadia no devandito campo de trabalho ou destacamento penal.

condiçom de militante do nacionalismo galego e, mais tarde, do PCE— o autor assumiu na altura a responsabilidade de suprir um valeiro historiográfico gritante que estava a distorcer gravemente a percepçom que a sociedade tinha de si própria assim como da essência do período ditatorial recém encerrado. Abofé que o esforço nom foi vam. Poderia-se dizer mesmo que o valor do contributo de Valenzuela se tem acrescentado com os anos, na medida em que hoje o avanço da investigação histórica acerca do período em questom permite ao leitor ou leitora olhar aqueles acontecimentos com perspectiva muito mais ampla e, em consequência, compreendê-los na sua justa dimensom quando lidos numha apertada *síntese* de ficçom como a do escritor. É à luz da História cientificamente reconstruída, portanto, que o testemunho de Valenzuela (e doutros como ele) brilha com luz mais intensa.

Ricardo Carvalho Calero, a quem já nos temos referido, foi outro dos autores a nom deixar passar a ocasiom para testemunhar com motivo da restauraçom da democracia. No seu caso, a contribuiçom mais sobranceira veu dada polo romance *Scórpio*, publicado relativamente tarde (1987) se levarmos em conta o seu dilatado processo de gestaçom. É umha obra complexa em que, contrariamente às últimas narraçons examinadas até aqui, a carga simbólica está presente em diversas situaçons e personagens, a começar polo próprio *Scórpio*, talvez trasunto parcial (mas nom só) da figura do próprio autor).

Aos efeitos que aqui nos interessam, o romance aparece construído

“como o relato dunha época histórica e dunhas personaxes que a pesar da súa ficcionalidade deixan transparentar o seu historicismo; época histórica que non só marcou a historia colectiva de Galiza senón tamén a individual do seu autor —o período da República e a guerra civil. Dalgunha maneira, e nunha primeira lectura do libro, *Scórpio* é a novela dunha xeración, do destino dunha xeración que fixo a guerra, da xeración que se educou para a paz. O trasfondo da guerra e a presenza de figuras históricas tamén concretan a narración que nunca perde contacto coa perspectiva galega”¹³.

Na obra, ambientada entre 1910 e 1938 em Ferrol, Santiago, Salamanca, Madrid, Barcelona, Valência e Andaluzia recolhem-se, com efeito, episódios relativos à infância, adolescência, mocidade e vivência da guerra do mesmo Carvalho Calero, quem fora combatente no Exército Popular Republicano na vida real, logo encarcerado durante dous anos no fim da contenda. A trama narrativa encerra-se com a morte do protagonista Rafael *Scórpio* num bombardeamento fascista. Acaso umha metáfora da extinçom abrupta de um capítulo crucial da vida do próprio autor e a sua geraçom? É difícil sabê-lo porquanto o

¹³ Villamayor, S. (1996: 1050).

romance mistura elementos autobiográficos com outros que o nom som, dando voz a vários narradores sempre diferentes do protagonista e tratando-se mais bem, a juízo de algum estudioso da literatura, de umha obra heterobiográfica no plano formal (Villamayor, 1996: 1053). Seja como for *Scórpio* ocupa um lugar relevante, se é que nom cimeiro, no nosso sistema literário do que nom cabe dissociar a sua importate contribuiçom à reconstruçom ficcionalizada da nossa História.

Em 1979 um relato de índole autobiográfica da autoria de um de tantos exiliados em terras americanas, *O siñor Afranio. Ou cómo rispei das gadoupas da morte* de Antón Alonso Ríos, dava início no panorama das letras galegas a um género memorialístico que com o decorrer dos anos alcançaria grande predicamento nestes lares, contando com um número crescente de cultivadores e recebendo um especial impulso nos últimos anos ao calor das actividades e iniciativas inseridas no processo de recuperaçom da nossa Memória Histórica Democrática. Nom é por acaso, mesmamente, que com o galho da declaraçom de 2006 como Ano da Memória várias destas publicaçoens tenham sido reeditadas.

O valor deste tipo de obras nom é tanto o de ficcionalizarem episódios da nossa história — o que nom pretendem— quanto o de nos servirem directamente de fontes historiográficas a contrastar com outras, como se tratando de testemunhos orais expostos ordenadamente por escrito polos protagonistas de uns determinados acontecimentos¹⁴. No caso concreto que estamos a tratar, o d’*O siñor Afranio...*, o alvo da narraçom é a peripécia do seu autor, deputado agrário-nacionalista nas Cortes da República e combatente na defesa de Tui face às tropas fascistas que, da noite para a manhã, tem de virar esmoleiro farroupilhas a vaguear por caminhos e aldeias para salvar a pele, conseguindo assim sobreviver com identidade falsa até à sua fuga cara a América através de Portugal. Para além do mais, a trama do relato está bem construída, e agradável de ler e salfere, de quando em vez, pinceladas descritivas da desarticulaçom social produzida pola guerra e o triunfo do fascismo.

Umha outra mostra deste género é o relato de Mariví Villaverde *Tres tempos e a esperanza* (2002), aparecido com anterioridade em Buenos Aires (1962) e a própria Galiza (1987) em versom castelhana. A narraçom versa nesta ocasiom sobre diversos episódios da vida da autora, esposa de Ramón de Valenzuela, e a sua família, aproveitando o fio

¹⁴ Em rigor nom cabe situar neste apartado as novelas anteriormente referidas de Ramón de Valenzuela, nem tampouco a obra pioneira de Sílvia Santiago *O silencio redimido* (1976) em que este antigo sindicalista galego relata a sua experiéncia vital como fugido, preso e exiliado em Venezuela. Por mais que os conteúdos de todas três coincidam em boa medida com os dos relatos “de memórias”, subjaz nelas umha clara vontade de ficcionalizaçom, quer dizer, de construir um discurso narrativo especificamente literário, ausente nestes últimos.

discursivo para oferecer umha interessante radiografia das misérias materiais, intelectuais e morais da sociedade galega do pós-guerra. Recebem tratamento nas súas páginas aspectos como a lembrança feliz da nenez sob a República, a injustiça e brutalidade da repressom fascista, a fuga do pai (deputado republicano e relevante personalidade política da comarca arousá) para território *leal*, a desvalia da família, o reencontro desta no exílio, o casamento com Ramón logo dele ser preso, as dificuldades do casal para se abrir caminho na Espanha franquista, o segundo exílio na Argentina, o retorno definitivo...; aspectos, mais umha vez, de suma utilidade para quem quizer procurar materiais com que reconstruir a trama sócio-histórica daquele tempo malfadado.

Nos últimos anos, muitos outros expoentes do género se vinhérom engadir aos anteriormente citados. O proveito deles tirado por profissionais da História como quem isto escreve, e pola sociedade no seu conjunto, é imenso mas, em pura lógica, nom podem ser incluídos no nosso sistema literário por se tratar, na grande maioria dos casos, de testemunhos originariamente escritos em castelhano agora traduzidos para galego.

Voltando à literatura de ficçom propriamente dita, digamos que reflexos diversos da devastaçom psicológica, cultural e intelectual induzidas polo franquismo na sociedade galega do pós-guerra podem ver-se na obra de autores como Camilo Gonsar, Lueiro Rey e, mais recentemente, Manuel Veiga. Significativo título levam, a este respeito, as novelas *Desfeita* (1983), do primeiro, e *Non debían medrar* (1984), do segundo. Se naquela desfila perante o leitor umha galeria de tipos sociais inçados de alienaçom e vacuidade, ao ponto de se tornarem patéticos, nesta relatam-se as duras vivências de um neno, logo adolescente, na Espanha *Una, Grande y Libre*, passagem por um *correcional de menores* incluída. Quanto a *O exiliado e a primavera* (2004) de Veiga, retrata o difícil encaixe de um exiliado galeguista retornado na sua vila natal, habitada —correm os anos finais do franquismo— por umha sociedade apática, desmemoriada e entregada ao consumismo.

Igualmente evocador desta época presidida polo obscurantismo, a omnipresença da Igreja e o fanatismo político de raiz totalitária é o romance de Xosé Luís Méndez Ferrín *No ventre do silencio* (1999), ambientada naquela Compostela com cheiro a incenso e sacristia dos anos cinquenta. A estratificaçom social torna-se aqui mais visível: a (pseudo)intelectualidade universitária, o clero e as suas hierarquias, a classe média mais ou menos ilustrada, as camadas populares, os fascistas militantes. Também as expectativas de futuro, representadas polos estudantes adscritos à orbita do galeguismo clandestino e a sua absorçom das correntes de pensamento progressista europeu, amortecedora da mediocridade intelectual reinante.

De resto, é de recordar a abordagem fugaz que este mesmo autor tinha feito com anterioridade da temática da guerra civil, a repressão franquista e a luta guerrilheira em relatos breves incluídos nos seus livros *Crónica de Nós* (1980) e *Arraianos* (1991).

Diferente é o caso de Darío Xohán Cabana. Influído até certo ponto por Méndez Ferrín mas com notável originalidade, este escritor apresenta em dous dos seus últimos romances outros tantos quadros alegóricos da nação galega em emergência, numha clara tentativa de contribuir a reforçar desde o universo ficcional a consciência identitária dos seus paisanos.

A perspectiva varia de um romance para o outro. Em *Fortunato de Trasmundi* (1991) o carácter diferencial de nosso vem definido, em chave humorística e engenhosa, por uns determinados traços somáticos e hábitos culturais apostos aos moradores de Trasmundi ou as Sete Parróquias, a opor aos dos seus vizinhos da terra de Fora¹⁵: os trasmundinos som ananos com orelhas bicudas, alegres e festeiros; gostam de viajar e ocupam ofícios e bairros determinados quando emigrados às cidades de Fora, onde habitam os *homens*. Em *O cervo na torre* (1994), polo contrário, Galiza aparece organizada como comunidade nacional em luta contra os seus opressores seculares, despregado todo o seu imaginário simbólico-identitário como nação sem faltarem alusões de passagem ao fascismo entanto que mecanismo empregado polo Estado oprimente —Espanha ou, mais concretamente, as classes dominantes espanholas, referente de negação do patriotismo dos galegos— para sufocar a liberdade dos insurgentes. Passado e presente, mitologia e verdade histórica, ideologemas nacionalitários e contacto estreito com a realidade material fundem-se assim num relato decerto atraente onde os chamamentos à consciência de si (como colectivo) som constantes e omnipresentes.

Dos princípios da década de noventa em diante, intensificáron-se os esforços de ficcionalização da etapa da guerra civil e primeiro franquismo. Transcorridos já três lustros desde o fim da ditadura, dir-se-ia que foram desaparecendo os tabus e auto-censuras que durante os primeiros anos da democracia vinheram entavando ainda o acometimento deste labor (o que, dito seja de passagem, nom aconteceu paralelamente no campo da investigação histórica, em que foi preciso aguardar aos inícios da década seguinte para serem despejadas de vez as últimas sequelas do *pacto de silêncio* imposto na Transição), de modo a se facilitar umha abordagem da temática mais desinibida e desde umha maior

¹⁵ As reminiscências a respeito da contraposição Tagen Ata-Terra Ancha da mitologia ferriniana som evidentes.

amplitude de miras. Nom é possível, porém, darmos conta nestas linhas —por razons óbvias de espaço— da totalidade dos contributos realizados¹⁶; como também nos vemos obrigados a prescindir das achegas procedentes do teatro e a poesia, que igualmente existírom e existem. Limitaremos pois a nossa análise, para irmos concluindo esta comunicação, a uns poucos autores e obras de especial significação, tanto polo tratamento da temática em si como pola receiçom que achárom entre o público (na altura mais sensibilizado que antes acerca da questom).

Um dos primeiros autores a rotular umha novela com um título impactante, directamente alusivo à tragédia de 1936, foi Carlos Casares, mesmo se antecipando um pouco ao início dos anos noventa. Este escritor ourensano abordava agora de modo frontal em *Os mortos daquel verán* (1987) a responsabilidade das elites dominantes galegas no massacre de cidadáns conotados polo seu activismo político-sindical republicano, bem como a intensidade da luta de classes registada nos meses logo a seguir do triunfo eleitoral da Frente Popular. Se calhar, a novidade do discurso narrativo presente nesta novela seja o facto dele dispor, de maneira sistemática e ordenada, a exposiçom de todos elementos que o leitor precisa para se fazer umha representaçom mental integral dos acontecimentos e tensons sociais que desembocárom no golpe de estado fascista e a repressom subsequente do viçoso tecido associativo cidadám. Dito por outras palavras, a recriaçom do ambiente de confronto social é que constitui o alvo central da narraçom, nom se tratando de um mero factor de ambientaçom da trama ou referênciam colateral.

Assim as cousas, o pano de fundo do relato é a investigaçom promovida pola autoridade judicial de umha cidade indeterminada (Ourense, é claro) com o galho da morte em estranhas circunstânciam do boticário local, que logo se descobre, ao fio da pesquisa, ter sido assassinado por razons políticas e de enfrentamento social polo burguês-mor da urbe, proprietário de umha importante fábrica. A medida que a narraçom se vai desenrolando, vam saindo à luz a comunidade de interesses entre burguesia e clero (representados polo patrom industrial e mais o cura párroco, com aquiescência tácita do bispo), a carragenta oposiçom de ambos os dous sectores ao proletariado organizado no sindicato, o (como contrapartida) violento anti-clericalismo dos operários submetidos a condiçons de exploraçom degradantes polo dono da fábrica, a baixa consideraçom do clérigo (como *mau vizinho*) entre os seus concidadáns, o recurso à mais grosseira *milagreria* por parte dele para enganar os humildes, os projectos de regeneraçom educativa dos operários conscientes, o emprego de provocadores e fura-greves por conta da patronal, os boatos difundidos polos

¹⁶ Alguns já fôrom mencionados em páginas anteriores, como o leitor tivo ocasiom de comprovar.

ricos acerca dos terrores revolucionários a pairar no horizonte; o mantimento da calma e a ordem durante a greve geral que sacodiou a vila (trasunto das jornadas de resistência cívica ao golpe militar entre os dias 18 e 22 de Julho) por parte dos trabalhadores e mais sectores participantes, a pesar do qual os principais dirigentes serám presos e assassinados, e finalmente a significativa renuência da população a colaborar coma autoridade judicial fascista na instrução das diligências. Em suma, todos os componentes para um retrato da sociedade ourensá e, por extensom, do país nas vésperas do genocídio. Trasposiçom directa e mecânica ao plano textual do acontecer histórico ao jeito de fotografia de época? Certamente nom. Há estilizaçom e elaboraçom tanto de tipos (sociais) literários na base de informaçoms históricas verazes quanto da própria trama, combinando, a mais, elementos da realidade —sem os quais o leitor ou leitora nom reconheceria estar diante da cidade de Ourense, ou outra vila galega qualquer, em tempos da República— com outros de pura ficçom.

Enfim, se em Casares encontramos esta documentada ficcionalizaçom do clima social pré-bélico¹⁷, em *Agosto do 36* (mais um título evocativo) de Xosé Fernández Ferreiro (1991) achamos pola sua vez a radiografia crua e nua da repressom em toda a sua brutal dimensom. O discurso torna-se aqui realista, como que resgatando o feitio daqueles textos dos finais da década de setenta (Vid. *supra*) interessados em nos fornecer o máximo de informaçom possível, sem se parar mentes num complexo processamento do material narrativo. É rechamante o destaque concedido à crueldade refinada da mecânica repressiva e à inteireza das vítimas —sempre dentro de parámetros estritamente humanos esta última, nom em tons de idealizaçom épica—, perspectiva desde a qual a novela pode ser vista, para além doutros valores mais imediatamente perceptíveis, como um canto com visos de universalidade ao amor e à dignidade do ser humano e à rejeiçom da opressom.

Singularmente valiosos, por ilustrativos, som os perfis traçados a propósito dos personagens encarnaçom de tipos sociais: o falangista (arquetipo de gente ruim, em origem um *senhorito* burguês ou bem um homem do *lumpen* na procura de promoçom social, quando nom um jovem imaturo atraído polas armas e a exhibiçom de força), o republicano (representado polas figuras do mestre e a mestra rurais protagonistas do relato, de ideias avançadas e honradez provada; capazes de amar, contrariamente aos seus assassinos), o emigrante retornado (o pai do mestre, abastado, anticlerical e com boa reputaçom na vizinhança); o cura malvado e vingativo, sempre à beira dos opressores; o colaboracionista com os criminosos (o dono da loja, covarde, cativo e interesseiro do ponto de vista

¹⁷ O autor retomaria a questom, tocando-a de esguelho nessa ocasiom, em *Deus sentado nun sillón azul* (1996).

material). Nem que dizer tem que se trata de tipos perfeitamente reconhecíveis por qualquer pessoa que tivesse vivido aqueles acontecimentos em qualquer parte do país, e hoje perfeitamente afixados pola pesquisa histórica. Como reconhecíveis som, assimesmo, a atmosfera psicológica de medo a paralisar a população, as hipotéticas vias de fuga baralhadas polos perseguidos (o agocho nos montes, a evasom de barco, o exílio), a tristeza de um verám sem festas (foram suspendidas por decreto da autoridade militar) ou a alusom fugaz à existência de luta guerrilheira. O caso é que no fim da novela o leitor tem a impressom de ter estado a presenciar umha encenaçom vívida, a escala local, da implacável maquinária repressiva do fascismo, à maneira da rememorada nos testemunhos orais das proprias vítimas —bem que perfeitamente orquestrada e ordenada no relato— ou mesmo a reproduzida graficamente nalgumhas publicaçoms de banda desenhada. Tal é a força comunicativa do relato de Fernández Ferreiro dentro da relativa brevidade do seu discurso. Daí, se quadra, a favorável receiçom do público, chegando a motivar três ediçoms em apenas dous anos.

Contudo, o escritor que tem prestado umha meirande atençom nos últimos tempos à recriaçom ficcionalizada da memória histórica democrática, visando de modo explícito render homenagem às vítimas da barbérie e a toda umha sociedade civil implicada na construçom da “grande esperança republicana” é, talvez, Manuel Rivas. Em 1998, sendo de há tempo um autor *consagrado*, irrompia no nosso panorama literário com umha sugestiva história de amor ambientada em tempos de guerra e de pós-guerra. A originalidade d’*O lapis do carpinteiro*, que tal é o seu título, residia nom só no pano de fundo escolhido para o desenrolo da trama narrativa, como também na própria entidade dos protagonistas, o doutor Da Barca (transposiçom literária de um famoso e atractivo personagem republicano, comunista por sinal, o médico Francisco Comesanha Rendo, condenado a morte e salvado por um triz do *pardón*) e a sua noiva (filha de umha “boa família” que nom vê com bons olhos o namoro entre os dous jovens). Deste jeito, as vicissitudes da relaçom amorosa do casal fazem saltar ao primeiro plano discursivo a realidade sórdida, choca, do triunfo do fascismo com toda a sua sequela de dor (a separaçom dos noivos ao ele ser preso), terror (o encarceramento e condena a morte nom só do protagonista, mas também de muitos outros como ele), injustiça (a demoliçom da *primavera* republicana) e degradaçom humana (a sanhuda, quase sádica, perseguiçom de Da Barca por parte do guarda civil Herbal). Afinal, como sempre tem acontecido na história da humanidade, é a força do amor que torna possível a supervivência física do jovem doutor e da própria relaçom afectiva no meio da destruìçom e a morte. Daí que a obra tenha sido apresentada, nom sem razom, como

umha metáfora contra todas as guerras e umha contribuiçom ao combate contra a desmemória que nos impede de resgatar o melhor de nós mesmos.

Algum tempo mais tarde, em 2005, Rivas volvia tocar a corda da memória democrática republicana n' *A língua das bolboretas* (2005). O seu argumento de fundo é a relação de empatia e afeição estabelecida entre um mestre republicano (encarnação do projecto de renovação pedagógica empreendida pola República Espanhola apartir de 1931) e o seu aluno, um cativo [miúdo] de poucos anos; relação que se vê truncada polo golpe de estado fascista e o encarceramento do primeiro. Velaqui de novo um quadro alegórico da eterna antinómia amor-ódio, onde este triunfa dando rédea solta aos mais baixos instintos humanos (as vexações que o mestre sofre dos seus, até entom, amistosos vizinhos), mas só transitoriamente graças à boa semente deixada polo espírito livre e tolerante da República de Abril.

Tanto este como o anterior relato de Rivas fôrom levados com êxito ao cinema..

Ora bem, é sem dúvida no seu último romance *Os libros arden mal* (2006) onde o nosso escritor acomete de modo mais integral e poliédrico o resgate dessa memória democrática e de liberdade, a necessária reconciliação com a qual tam conflituosa resultou, até há bem poucos anos, à nossa sociedade. A intenção do autor aparece já explicitada no capítulo introdutório “As marcas da auga”, em que a parceria de duas das protagonistas, Ó e mais a sua mai Olinda, na lavagem da roupa, com a água a escorrer no lavadouro ao jeito de rio do tempo, serve de emolduramento simbólico à trama que está por vir. De resto, é o próprio título da obra a actuar como metonímia de tudo aquilo que se resiste a morrer e merece ser salvo como parte indissociável de nós mesmos: as lembranças, as afeições, a história pessoal, os sonhos e esperanças, até à traça física dos lugares emblemáticos; os vestígios materiais e imateriais, em suma, do nosso passado identitário.

Em se tratando de umha obra com certeza volumosa (mais de setecentas páginas), as personagens e vicissitudes descritas som numerosas e interrelacionadas, tornando a narração um tanto complexa. Proponho aquí, sem maior pretensom, umha sistematização como a que segue, de entre as muitas possíveis.

Teríamos em primeiro lugar um bloco narrativo que poderíamos denominar de algo assim como “o mundo de antes”, na base da evocação de alguns aspectos significativos do passado republicano. Fazem a sua primeira aparição nele —pois que as suas figuras vam ser aludidas em diversos momentos ao longo do relato— seres humanos de ficção inspirados directamente (mesmo com nome e apelidos) em personagens reais, conhecidos do autor através do testemunho pessoal de velhos convizinhos deles no bairro corunhês da

Silva: Holando Mosquera, propagandista do naturismo; Arturo Meirás, boxeador e poeta, Luís Huici, alfaiate e pintor; Cúrtis, filho de umha prostituta do Papagaio, frequentador como os anteriores do ateneu libertário *Resplandor en el Abismo*. Também encontramos aquí retalhos ou *flashes* da mudança no sistema de valores que a sociedade corunhesa e da Galiza estava a experimentar por aquele tempo (as práticas nudistas, o surgimento de escolas racionalistas, a crescente emancipação da mulher); sem faltarem referências às ilusões e expectativas de câmbio social (os comícios e a propaganda anarco-sindicalista, a profusão de ateneus libertários, a imprensa e mais produção intelectual dos humildes conscientemente organizados no poderoso movimento libertário local) e à alegria juvenil dos ideologizados protagonistas, moços e moças das Juventudes Libertárias (a planeada assistência à festa-romaria fluvial dos Caneiros). Para além do mais, o escritor joga em todo o momento coa realidade e a ficção, estabelecendo como que umha parceria complementar entre ambas. Reais são os personagens, as situações descritas, os eventos narrados. Ficcional é o tratamento discursivo que Rivas lhes aplica, salientando o valor daqueles em tanto que símbolos conscientemente escolhidos do espírito de toda umha época. Umha época que se extinguiu com eles, mortos *de morte matada* em plena mocidade junto com os seus sonhos, da mam do fascismo.

Um segundo bloco narrativo viria dado pola descrição da “barbárie”: a premonitória presença de um navio de guerra da Alemanha nazi no porto da cidade, a queima pública de livros por parte dos falangistas (num lume lóbrego, sinistro, tam diferente daqueloutro alegre dos festejos populares do Sam Joám); o esbulho da biblioteca, objectos de arte e aparelhos científicos da casa do primeiro ministro republicano Casares Quiroga (e de tantos outros corunheses), a destruição e saque do património material e simbólico do rico tecido associativo cidadám...; tudo isto presenciado, à guisa de testemunha viva e muda do passado, por Cúrtis, um dos poucos moços sobreviventes do entorno ácrata abordado no bloco anterior.

E trás a barbárie, “o terror”: os assassinados nas paragens do rio Mandeo (autêntica contra-cara da alegria da festa dos Caneiros anteriormente mencionada, celebrada nesse mesmo rio), os fusilados no Campo da Rata, a desolação da cidade muda¹⁸, a dureza e brutalidade do colégio dos curas, a fuga da realidade insuportável através da loucura, o servilismo rasteiro para com os novos poderes (“*Excelencia* [o Caudilho], *ofrecémoslle humildemente esta capa como Maxestade do Mar*”, p. 525). Um terror que nom recua nem ante a

¹⁸ “Estes días non só cambiaron o humor, senón o rostro das xentes, a súa presenza, os seus traços físicos. Iso era algo do que máis lle asombraba [a Cúrtis] no seu percorrido. Unha especie de inverno posuía a estación do verán (...) descubriu que pasaran anos en días” (p. 167).

extirpação da memória das personalidades-símbolo da República, mesmo esborrando-a fisicamente dos livros do Registo Civil (o caso conhecido de Casares Quiroga), ou simplesmente varrendo-a da recordação colectiva:

“Non se falaba na cidade, no seu ambiente, nin siquera na intimidade, do xeneral Caridad Pita [assassinado polo fásccio] nin dos seus fillos (...) Era un dos nomes tabús entre os vencedores (...) Non, non era normal falar do xeneral Caridad. Nin do seu fillo arquitecto [José, galeguista]. Nin do outro máis novo [Francisco, comunista], que fuxiu en barco. Desapareceron, esvaéronse. Ex-homes” (p. 596).

“Os rostos do fascismo” —a proposta de rotulagem continua a ser minha— seria um outro bloco, nom compacto mas espalhado, como os anteriores, ao longo de todo o romance. Quem dá vida a esses rostos? O mais ilustre do falangismo local, é claro: o juiz Samos, o censor Dez, o inspector de Polícia Ren, o catedrático Sulfe, o ex-boxeador e logo mafioso Manlle; na companhia do cura dom Marcelo, malvado e vingativo. Sinistros personagens todos eles, prepotentes e corruptos, encumeados, salvo o cura se acaso, nos mais altos postos da hierarquia sócio-profissional em razom dos seus *méritos de guerra*, isto é, como exterminadores de *rojos*. Nom safa da queima —é, a mais, o único apresentado com a sua identidade real— um certo ministro de Informação do regime, de nome Manuel Fraga Iribarne, atarefado numha das passagens da narração em dedicar louvores à figura do intelectual nazi Carl Schmitt. Eis um acaído retrato da elite social galega e espanhola daquele tempo, na plenitude da sua miséria moral e intelectual, que nem tirado dos quadros de costumes da época.

Face a eles, “os rostos do anti-fascismo”, os dos vencidos mas nom assimilados: o antigo gaiteiro Polka e a sua companheira Olinda (modestos trabalhadores anarco-sindicalistas, represaliados, expulsos dos seus empregos, abandonados à sua sorte, luitadores anti-franquistas na clandestinidade, transmissores da *memória* aos seus descendentes); os filhos deles, Ó e *Pinche*, receptores dessa memória e adaptados como melhor podem à grisalhenta quotidianidade do franquismo); o próprio Cúrtis (perseguido, fugido, agochado e sobrevivente como fotógrafo ambulante, com a identidade e o recorde intactos).

Para melhor perfilar a localização destes personagens em tam desfavorável contexto e dotá-los de um equilíbrio que dê sentido às suas vidas, o autor introduz de quando em vez certos “elos com o passado”, isto é, pontos de ligação das suas figuras com a pegada de umha época mais venturosa, destinada a renascer algum dia; componentes, em definitivo, dessa memória individual e colectiva indispensável para conferir às personagens umha projecção de futuro. Um desses elos é a presença fugaz, no

porto da cidade, do maquinista naval Roque Gantes, organizador de umha rede anarquista de resistênciã clandestina nos anos do pós-guerra. Outros elos som o personagem da espia republicana Judite, surgida do mesmo cerne das classe dominante fascista (que nos remete umha vez mais para a esperanças na luta pola liberdade noutrora alumeadã pela República); a evocaçom, polo polícia Ren, das evasons de perseguidos anti-fascistas organizadas polo Sindicato da Indústria Pesqueira *El Despertar Marítimo* entre 1937 e 1938, ou das escenas —por outros narradores— da oposiçom cidadã ao golpe de estado de 1936, com as barricadas defensivas arredor do Governo Civil e as sirenas dos barcos pesqueiros a tocar; a coragem e dignidade dos soldados republicanos fusilados no Campo da Rata; ou a revelaçom do passado resistente de Polka e Olinda, participantes em aççons de sabotagem ao regime militar.

Serã o accionar destes *elos*, unida à corrente de recordo soterrãnea nunca extinguida que dê como resultado o “reencontro” de vários dos protagonistas com a memória, a sua assunçom e posterior “transmissom” às geraçons vindeiras, ponto culminante da obra e último dos blocos narrativos aquí propostos. Figura basilar nessa transmissom serã Polka, cuja personalidade alegre e cheia de tenrura paira em todo o momento, e praticamente de lado a lado, no relato. Nenhuma personagem sintetiza melhor do que ele —e, em menor medida, a sua companheira— a linha de continuidade entre passado e futuro. Ninguém que nom fosse ele poderia descobrir aos seus filhos, com toda a naturalidade, o tesouro fechado a sete chaves durante tantos anos de silêncio, razom última do existir de toda umha geraçom: a luta dos militantes libertários pola emancipaçom da humanidade e a construçom por eles de todo um universo sócio-cultural alternativo ao dos seus dominadores durante a etapa de pré-guerra.

Mas nom som somentes Polka e Olinda a transmitir memória. Também o fazem outras personagens, como o operário manejador de guindastes do porto, nesta ocasiom ao moço rebelde e marginal de alcunho *Corea*; como a filha do intelectual reduzido ao silêncio Héctor Rios; e o mesmo Cúrtis, à sua maneira. Outros, polo contrário, é que protagonizam um encontro pessoal e inesperado com essa memória, graças à sua sensibilidade, ao afã de descoberta ou mesmo ao azar. É o caso de Gabriel, o filho do fascista quem, consciente da injustiça inerente à condiçom privilegiada da sua família, descobre um dia a pista de Santiago Casares Quiroga para ir entretecendo, com o decorrer dos anos, o seu próprio destino inseparável desse passado histórico por tantos anos oculto. A restituçom final à filha de Casares, Maria, do pequeno legado do seu pai reunido por Gabriel representa a reparaçom da memória dos vencidos, episódio cimeiro da narraçom visando derrubar de

vez os muros desse conflituoso relacionamento da nossa sociedade com as suas próprias raízes mergulhadas num passado ainda cercano.

Alcançado este alto ponto de tensão dramática, o romance conclui, à maneira de epílogo, com o passamento de Polka em braços da sua filha, quase em paralelo à morte do fascista pai de Gabriel, encarnação da negação mesma da memória. É desta forma que se encerra metaforicamente toda uma página da História dos galegos e galegas —a da negação de si próprios—, com o revezamento geracional representado pela jovem Ó e também por Gabriel a garantir a continuidade da tradição interdita, a única em que poder alicerçar a construção de um futuro digno. A memória recuperada: eis o desfecho feliz e anunciado que nos remete novamente para “as marcas da auga” que abriam o livro, como que numa estrutura narrativa circular finalmente completa.

Por tudo o dito, *Os libros arden mal* semelha até o momento a ficcionalização mais redonda e realizada da nossa memória histórica identitária mais recente.

Para terminar este já longo relatório, acrescentemos que, simultaneamente a Manuel Rivas, um outro escritor com sucesso nas nossas letras, Suso de Toro, tem abordado também a temática aqui tratada se bem que, ao meu entender, de uma perspectiva nomeada multifacética. *Home sen nome* (2006), o seu até agora último romance, toma como ponto de partida as confissões de um velho criminoso fascista no seu leito de morte para passar revista às diversas fórmulas de repressão e crueldade desatadas sobre Galiza nos anos da guerra e pós-guerra. Nomeadas menos interessantes, aliás, as reflexões de alcance universal que o autor põe em boca dos protagonistas, tanto acerca da violência e da barbárie, como da mesma fraqueza da condição humana. Afinal, a confissão do assassino, à maneira de expiação, e mais a sua recepção pelos seus interlocutores nomeadamente fazem senão chamar a atenção sobre a absoluta necessidade de reconciliação (crítica) da nossa sociedade com o seu passado, através da sua assunção e definitiva incorporação às nossas vidas.

4. Conclusão

Desde a mesma posta em pé de um sistema literário galego autónomo, múltiplos contributos têm sido feitos desde o seu campo discursivo à conformação de um imaginário nacional e social próprio. O abano estilístico abrangido pelas sucessivas propostas estéticas é com certeza diverso, como temos visto, embora todas coincidam no objectivo comum.

Nesta perspectiva, as potencialidades da obra de criação literária em língua galega têm-se posto uma vez mais de relevo com motivo da abordagem por parte dela da

problemática reconstrução do nosso recente passado pré-democrático. Nom por acaso, é conhecido o valor que a memória encerra como elemento aglutinador da identidade para aquelas persoas a padecerem repressom ou perseguiçom dos valores que um dia norteárom as suas vidas (Velasco Souto, 2006). E acontece assim porque é precisamente nesses contextos opressivos que o inconsciente colectivo, ou seja, os valores de referência substantivos e um determinado grupo de homes e/ou mulheres se vêem grandemente reforçados, inclusive redefinidos, quando evocados através do recordo dos seus portadores. A repressom, mesmo que já ultrapassada, age nestas circunstâncias como catalizador das energias reivindicativas do colectivo, de maneira a sublinhar aqueles elementos definitórios da cultura dele com que os seus integrantes se identificam a si próprios face a umha realidade em grande medida alheia, quando nom manifestamente hostil. A relembança do passado torna-se assim, a mais de catarse, autoafirmaçom identitária (tanto individual como colectiva), de resto nom isenta de orgulho, tanto maior este último, por regra, quanto menor tenha sido o grau de restauraçom e assunçom desse passado pola sociedade presente.

Ao cabo, e concretizando, é justamente diante do ermo cultural e moral da ditadura franquista —e, até certo ponto, também dos primeiros anos desta democracia imperfeitamente restaurada— que cobram pleno sentido os elementos activadores da identidade que as diversas memórias trazem consigo, como bem sabem os mais conscientes de entre os nossos escritores. É por contraposiçom ao vazio que a memória resistente se afirma, fornecendo ao indivíduo e mais ao grupo a coesom identitária que os mantém animicamente vivos. Saber de onde se vem e onde se está, e porquê: eis a condiçom prévia indispensável para a assunçom consciente e voluntária, mesmo teimosa, de umha vida cheia de tribulaçom, sacrifício e sofrimentos. Por isso é tam importante o labor transmissor, recriador e dignificador dessa memória por parte do sistema literário de umha naçom em construçom como a nossa, se é que esta quizer olhar com confiança para o porvir. Porque é mais um fito, e nom dos menores, no caminho para a liberdade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSA, F. (1997): “Intervención literaria y ‘reconstrucción’ histórica en la nueva narrativa latinoamericana”, em KOHUT, K. (ed.): *La invención del pasado. La novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt, Vervuert, pp. 111-121.
- ALONSO RÍOS, a. (1979): *O siñor Afranio. Ou cómo rispei das gadoupas da morte*. Vigo, Castrelos.
- BLANCO AMOR, E. (1972): *Xente ao lonxe*. Vigo, Galaxia.

- CABANA, D. X. (1991): *Fortunato de Trasmundi*. Vigo, Xerais.
- CABANA, D. X. (1994): *O cervo na torre*. Vigo, Xerais.
- CARVALHO CALERO, R. (1951): *A xente da barreira*. Santiago de Compostela, Bibliófilos Gallegos.
- CARVALHO CALERO, R. (1987): *Scórpio*. Barcelona, Sotelo Blanco.
- CASARES, C. (1987): *On mortos daquel verán*. Vigo, Galaxia.
- CRISTÓVÃO, F. (1981): *A Literatura como Sistema Nacional*. Braga, Livraria Apostolado de Imprensa.
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): “Polisystem Theory”, em *Poetics Today*, nº 11, pp. 7-92.
- FERNÁNDEZ FERREIRO, X. (1991): *Agosto do 36*. Vigo, Xerais.
- FERNÁNDEZ PÉREZ-SANJULIÁN, C. (2002): *A construción nacional no discurso literario de Ramón Otero Pedrayo*. Vigo, Concello de Pontevedra-Fundación Caixa Galicia.
- FERNÁNDEZ PRIETO, C. (1998): *Historia y novela. Poética de la novela histórica*. Pamplona, EUNSA.
- FERREIRA DA CUNHA, C. M. (2002): *A contrução do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- FIGUEROA, A. (2001): *Nación, literatura, identidade (Comunicación literaria e campos sociais en Galicia)*. Vigo, Xerais.
- GONSAR, C. (1983): *Desfeita*. Vigo, Xerais.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (1994): “Do nacionalismo literario á literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega”, em *Anuario de estudos literarios galegos*. Vigo, Galaxia.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (1995): “O discurso literario galego e a configuración dun espazo público nacional no primeiro tercio do século XX. Un marco de reflexión” em CASAS, A. (coord.): *Tentativas sobre Dieste*. Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 13-27.
- GONZÁLEZ-STEPHAN, B. (2002): *Fundaciones: canon, historia y cultura nacional. La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana - Vervuert.
- LEIRA LUGRÍS, M^a J. (2007): “Discurso identitario e construción nacional en *Retorno a Tagen Ata* de Xosé Luís Méndez Ferrín”. Trabalho de curso realizado dentro do programa de doutoramento *Literatura e construción da identidade na Galiza*. Universidade da Coruña.
- LUEIRO REY, M. (1992): *Non debían medrar*. A Coruña-Sada, O Castro (2^a ed.) [1^a ed. de 1974].
- MÉNDEZ FERRÍN, X. L. (1971): *Regreso a Tagen Ata*. Vigo, Castrelos.
- MÉNDEZ FERRÍN, X. L. (1980): *Crónica de Nós*. Vigo, Xerais.
- MÉNDEZ FERRÍN, X. L. (1991): *Arraianos*. Vigo, Xerais.
- MÉNDEZ FERRÍN, X. L. (1999): *No ventre do silencio*. Vigo, Xerais.
- NEIRA VILAS, X. (1977): *Aqueles anos do Moncho*. Madrid, Akal.
- RIVAS, M. (1998): *O lapis do carpinteiro*. Vigo, Xerais.

- RIVAS, M. (2005): *A lingua das bolboretas*. Vigo, Xerais.
- RIVAS, M. (2006): *Os libros arden mal*. Vigo, Xerais.
- THIESSE, A. M. (2001): *La création des identités nationales*, Paris, Seuil.
- TORO, S. de (2006): *Home sen nome*. Vigo, Xerais.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2002): “Como sair do cerco. A legitimación galeguista da Literatura Galega por Carvalho Calero e a génesis da súa centralidade no campo da crítica literaria”, em LÓPEZ, T. e SALINAS, F. (eds.): *Actas do Simposio Ricardo Carvalho Calero Memoria do Século*. A Coruña, Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña e Asociación Sócio-Pedagóxica Galega.
- SALINAS PORTUGAL, F. (1999): *Entre Próspero e Caliban. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela, Laiovento.
- SALINAS PORTUGAL, F. (2003): “Emerxencia literaria e construción nacional: o romance fundacional”, em TAVARES MALEVAL, M^a do A. e SALINAS PORTUGAL, F. (orgs.): *Estudos Galego-Brasileiros*. Rio de Janeiro, pp. 241-256.
- SANTIAGO, S. (1989): *O silencio redimido*. Vigo, Galaxia (2^a ed.) [1^a ed. de 1976].
- VILAVEDRA, D. (1999): *Historia da Literatura Galega*. Vigo, Galaxia.
- VALENZUELA, R. de (1976): *Non agardei por ninguén*. Madrid, Akal [há edición máis recente: Vigo, Xerais, 1989].
- VALENZUELA, R. de (1980): *Era tempo de apandar*. Madrid, Akal [há edición máis recente: Vigo, A Nosa Terra, 1997].
- VEIGA, M. (2004): *O exiliado e a primavera*. Vigo, Xerais.
- VELASCO SOUTO, C. F. (2006): “A memoria como elemento sustentador da identidade. Represión franquista e restauración da memoria democrática na Galiza”. Comunicación ao *VIII Congreso Internacional de Estudos Galegos*, Salvador da Bahía.
- VILLAMAYOR, S. (1996): “O Silencio Interior, 1940-1950”, em VV. AA. (1996): *Historia da literatura Galega*. Vigo, Eds. A Nosa Terra e Asociación Socio-Pedagóxica Galega, vol IV, pp. 1025-1056.
- VV.AA.(1996): *Historia da Literatura Galega*. Vigo, Eds. A Nosa Terra e Asociación Socio-Pedagóxica Galega, 5 vols.